

FATORES RELACIONADOS AO NÍVEL DE DIVULGAÇÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS APÓS A ADOÇÃO DAS IFRS POR EMPRESAS DO IGC DA BM&FBOVESPA

FACTORS RELATED TO THE LEVEL OF DISCLOSURE OF INTANGIBLE ASSETS AFTER THE ADOPTION OF IFRS FOR COMPANIES FROM IGC OF BM&FBOVESPA

ROBERTO CARLOS KLANN

Doutor em Ciências Contábeis e Administração (FURB). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB. **Endereço:** Rua Antônio da Veiga, 140 | Victor Konder | 89012-900 | Blumenau/SC.

E-mail: rklann@al.furb.br

FABIANE POPIK

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – PPGCC da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB. **Endereço:** Rua Antônio da Veiga, 140 | Victor Konder | 89012-900 | Blumenau/SC.

E-mail: fabi_popik@yahoo.com.br

FERNANDA KREUZBERG

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – PPGCC da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB. **Endereço:** Rua Antônio da Veiga, 140 | Victor Konder | 89012-900 | Blumenau/SC.

E-mail: fernandakreuzberg@gmail.com

NEUSA GONÇALVES SALLA

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – PPGCC da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB. **Endereço:** Rua Antônio da Veiga, 140 | Victor Konder | 89012-900 | Blumenau/SC.

E-mail: neusalla@via-rs.net

RESUMO

O objetivo deste estudo consiste em verificar os fatores que influenciam o nível de divulgação de informações sobre ativos intangíveis nas empresas listadas no Índice de Governança Corporativa (IGC) da BM&FBovespa, no período após adoção das *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Para tal, delineou-se a pesquisa como sendo descritiva, documental e quantitativa. A amostra é composta das 125 empresas não financeiras que compõem o IGC da BM&FBovespa. A análise inicialmente pautou-se nas Notas Explicativas e nos Relatórios de Administração divulgados no ano de 2011, a fim de classificar as informações evidenciadas sobre os ativos intangíveis, por meio de *check list* elaborado a partir das informações contidas no Pronunciamento Técnico CPC 04 R1 (2010). Para as observações dos itens a serem divulgados, indicados no *check list*, foi atribuída uma pontuação adaptada de Boff, Beuren e Hein (2009). Para a análise dos dados efetuou-se uma Regressão Linear Múltipla, relacionando-se o fator tamanho, idade, classificação dos setores de atuação, governança corporativa, concentração de capital, emissão de ADR e alavancagem, com a divulgação das informações sobre ativo intangíveis, a fim de alcançar o objetivo da pesquisa. Os resultados apontam que dos fatores analisados apenas as variáveis referentes ao nível de governança corporativa, percentual de ações ordinárias e a classificação setorial das empresas possuem uma relação significativa com o nível de evidenciação de ativos intangíveis das listadas no IGC.

Palavras-chave: Ativo Intangível. Evidenciação. Normas Internacionais de Contabilidade.

Submissão em 09/09/2013. Revisão em 15/10/2013. Aceito em 10/01/2014.

ABSTRACT

The objective of this study is to identify factors that influence the level of disclosure of information about intangible assets in companies listed at the BM&FBovespa IGC in the period after the adoption of IFRS. For this research, descriptive document and quantitative were outlined. The sample is comprised of 125 nonfinancial companies that make up the Corporate Governance Index (IGC) of BM&FBovespa. The first analysis was based on the Explaining Notes in the Management Reports of Directors which were disclosed in 2011 in order to classify the information highlighted on intangible assets, through a check list developed from the information contained in the CPC 04 R1 (2010). For the observations of the items to be disclosed given in the check list an adapted score from Boff, Beuren and Hein (2009) was applied. For the data analysis, a Multiple Linear Regression was made, relating the size factor, age, classification of business segments, corporate governance, capital concentration, ADR issuance and leverage with the disclosure of information about intangible assets, in order to achieve the research objective. The results indicate that from the factors analyzed, only the variables related to the level of corporate governance, the percentage of common shares and sectoral classification of companies have a significant relationship with the level of disclosure of intangible assets of companies listed at IGC.

Keywords: Intangible Assets. Disclosure. International Accounting Standards.

1 INTRODUÇÃO

Com o crescente avanço do mercado de capitais, o processo de divulgação de informações contábeis aos usuários sobre a gestão das organizações pode ser considerado fator preponderante à sobrevivência das empresas. As informações evidenciadas de maneira oportuna e uniforme, além de proporcionarem credibilidade aos gestores junto ao mercado, harmonizam igualdade de direitos entre os acionistas (GALLON; BEUREN; HEIN, 2007).

A evidenciação das informações pode ser tanto compulsória (obrigatória) quanto voluntária (BOFF, 2007; MURCIA, 2009). Dentre as diversas informações contábeis que são evidenciadas encontram-se os ativos intangíveis. O Pronunciamento Técnico CPC 04 – R1 (2010 p.6) define o ativo intangível como “[...] um ativo não monetário identificável sem substância física”. Para Lev (2005), um ativo intangível é como qualquer outro ativo (uma máquina ou uma propriedade qualquer), pois representa uma fonte de benefícios futuros, mas em contraposição aos ativos tangíveis, os intangíveis não possuem uma personificação física.

Os ativos intangíveis são os responsáveis pela mais-valia nas organizações. Estão representados pelas competências essenciais e recursos de conhecimento, além de marcas, patentes, entre outros fatores, formadores de valor na atualidade (LEV, 2001; LU, TSAI, YEN, 2010).

Os intangíveis estão sujeitos à determinada subjetividade de avaliação e reconhecimento. Seu tratamento pode ser considerado controverso, embora tenham um papel importante no cenário econômico, caracterizado pela constante inovação, pela difusão das tecnologias da informação, pelo predomínio dos fatores intangíveis e pela emergência de novos conceitos de

riqueza, como o capital intelectual e relacional (CAÑIBANO, GARCÍA-AYUSO, SÁNCHEZ, 2000; GARCÍA-AYUSO, 2003; LEV, ZAMBON, 2003).

No Brasil, conforme Moura *et al.* (2011), até a aprovação do CPC 04, a evidenciação dos ativos intangíveis era voluntária. A partir da regulamentação do CPC 04, que foi consequência do processo de convergência às *International Financial Reporting Standards* (IFRS), a evidenciação destes ativos passou a ser obrigatória. A primeira versão deste pronunciamento contábil entrou em vigor em 2008, porém, em 2010, ele foi revogado, sendo emitida uma nova versão (CPC 04 – R1), que se encontra em vigor atualmente.

O CPC 04 R1 (2010) descreve a forma e as informações que devem ser divulgadas pelas entidades que possuem ativos intangíveis no seu patrimônio. Entre as informações obrigatórias encontra-se a questão da vida útil do bem, se esta é definida ou indefinida, a questão da amortização, dos gastos com pesquisa e desenvolvimento, entre outros fatores.

Alguns fatores podem influenciar o nível de evidenciação dos ativos intangíveis (MACAGNAN, 2009; KANG, GRAY, 2011). Os fatores destacados por Macagnan (2009) referem-se ao tamanho, setor, endividamento, grau de internacionalização, anos de existência e à diferença entre o preço da ação sobre o valor contábil da empresa. Da mesma forma, Kang e Gray (2011) apontam fatores relacionados ao tamanho da empresa, tempo em que está no mercado, concentração de propriedade, alavancagem, adoção das IFRS, segmento ao qual a empresa está listada, preço da ação, reconhecimento, além dos riscos econômicos, legais e regulatórios aos quais as empresas estão expostas.

Alguns estudos, como os de Santos, Gallon e Ensslin (2007), Rego *et al.* (2008), Matos *et al.* (2011), Schnorrenberger, Sousa e Reina (2009), Moura (2011), Moura *et al.* (2011) têm enfatizado a temática de evidenciação dos ativos intangíveis. No entanto, nenhum deles tratou da evidenciação dos ativos intangíveis após adoção das IFRS, verificando a influência da normatização quanto à divulgação de informações de intangíveis e os fatores que podem influenciar esses níveis de evidenciação, o que justifica a importância desta pesquisa.

Cabe destacar que Macagnan (2009) e Kang e Gray (2011) pesquisaram os fatores que influenciam a evidenciação de informações contábeis, porém, estavam voltados à evidenciação voluntária e não à evidenciação obrigatória das empresas.

Foram identificados poucos estudos direcionados aos fatores relativos à evidenciação de ativos intangíveis, exceto o estudo de Kang e Gray (2001), porém este foi realizado antes da obrigatoriedade da evidenciação de informações sobre intangíveis. Diante desse cenário surge o problema que norteia a pesquisa: *Quais fatores influenciam a divulgação de informações sobre ativos intangíveis nas empresas listadas no IGC da BM&FBovespa após adoção das IFRS?* Com o intuito de responder a essa questão problema, tem-se por objetivo verificar os fatores que influenciam o nível de divulgação de informações sobre ativos intangíveis nas empresas listadas no IGC da BM&FBovespa após adoção das IFRS.

Como contribuição teórica, o presente estudo procura preencher uma lacuna de pesquisa sobre a aderência das empresas brasileiras aos requisitos de divulgação de ativos intangíveis após o processo de convergência. Os resultados da pesquisa podem contribuir para a análise da qualidade da informação divulgada pelas empresas nesse quesito, além de orientar os elaboradores das normas contábeis sobre novas exigências de divulgação a serem implementadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Apresenta-se neste tópico a sustentação teórica sobre o tema pesquisado. Inicialmente aborda-se a literatura encontrada sobre ativos intangíveis e, na sequência, trata-se da evidenciação dos ativos intangíveis, seguida pelo tópico destinado aos estudos anteriores, que formam a base para a elaboração das hipóteses que direcionam o presente estudo.

2.1 Conceituação e Normatização dos Ativos Intangíveis

Atualmente há diversos estudos voltados para a análise dos ativos intangíveis das empresas, bem como sobre a importância desse ativo no momento de determinar o seu patrimônio. Apesar da definição trazida pelo CPC-04 R1, o conceito de ativo intangível pode ser ainda um tanto quanto complexo para alguns usuários da informação contábil. Assim, verifica-se a importância e o interesse dos pesquisadores por esse tema, principalmente após o processo de adoção do CPC 04 R1 (2010), que busca elucidar o conceito de ativo intangível, bem como apresentar os critérios e as condições para o reconhecimento desses ativos.

Nesse aspecto, Hendriksen e Van Breda (2007, p. 315) afirmam que

os ativos intangíveis formam uma das áreas mais complexas da contabilidade, em parte em virtude das dificuldades de definição, mas principalmente por causa das incertezas a respeito da mensuração de seus valores e da estimativa de suas vidas úteis.

Kayo (2002, p. 14) também propõe uma definição nesse sentido, ao expressar que os ativos intangíveis representam “um conjunto estruturado de conhecimentos, práticos e atitudes da empresa que, ao interagir com seus ativos tangíveis, contribui para a formação do valor das empresas”. Mais recentemente, o Pronunciamento Técnico CPC 04 R1 (2010, p. 6) apresenta por definição que o “ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física”. Os ativos intangíveis são caracterizados por Perez e Famá (2006) como de natureza permanente, sem existência física e que, quando à disposição e controlados pela entidade, são capazes de produzir benefícios futuros. Desse modo, são exemplos de ativos intangíveis: patentes, marcas, *goodwill*, direitos autorais, licenças, *softwares* desenvolvidos, concessões públicas, direitos de exploração e operação, bancos de dados, desde que sejam identificáveis, controlados e geradores de benefícios econômicos futuros.

As Normas Internacionais de Contabilidade tratam sobre ativos intangíveis no Pronunciamento IAS 38. Esse pronunciamento foi emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), órgão independente do setor privado, que se destina ao estudo de padrões contábeis, com sede em Londres, Grã Bretanha.

Como principais pontos tratados pela IAS 38 estão questões relacionadas à natureza e ao reconhecimento dos ativos intangíveis, à mensuração

dos custos e à contabilização da amortização e das perdas por *impairment* de tais ativos. (CARVALHO; LEMES, 2010) A IAS 38 prescreve o tratamento referente aos ativos intangíveis que não sejam especificados por outras normas. Sendo assim, a IAS 38 é “aplicável a gastos com publicidade, treinamento, pré-operacionais, pesquisa e desenvolvimento, patentes, licenças, filmes cinematográficos, *software*, conhecimento técnico, franquias, fidelidade de clientes, participação no mercado, lista de clientes [...]” (CARVALHO; LEMES, 2010, p. 188).

Segundo Niyama (2008, p. 64), para o IASB, o reconhecimento de um item como ativo intangível tem que conter as condições prescritas na sua definição, que, de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, é “um ativo identificável, sem substância física para uso na produção ou fornecimento de bens e/ou serviços, para ser alugado a terceiros ou para propósitos administrativos”.

Carvalho e Lemes (2010) afirmam que o ativo intangível deve atender aos critérios de reconhecimento, evidenciando primeiramente os benefícios econômicos vindouros que fluirão para a empresa que os controla, assim como deve evidenciar que o custo desse ativo pode ser mensurado com confiabilidade. No âmbito internacional, o tratamento dos ativos intangíveis segue os critérios de evidenciação estabelecidos pela IAS 38. O Pronunciamento Técnico CPC 04 R1, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), apresenta critérios específicos para reconhecimento, métodos de mensuração do valor contábil e divulgação dos ativos intangíveis, apresentando-se como uma correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 38. A identificação do ativo intangível ocorre quando: a) for separável, ou seja, puder ser vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado; b) resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de serem esses direitos transferíveis ou separáveis da entidade (CPC-04 R1).

Posto isto, identifica-se a importância relacionada à divulgação das informações referentes aos ativos intangíveis, como, por exemplo, a vida útil do ativo, se esta é definida ou indefinida, as suas formas de amortizações, para o caso dos ativos com vida útil definida (CUNHA *et al.*, 2011). Dessa forma, reforça-se a importância da evidenciação, buscando uma melhor qualidade da informação, de modo a auxiliar no processo decisório.

2.2 Evidenciação de Ativos Intangíveis

As empresas que apresentam melhor evidenciação de suas informações são mais

transparentes e possibilitam ao usuário melhor tomada de decisão (MURCIA, 2009). Para o autor, a evidenciação refere-se à prestação de informações acerca da situação econômica-financeira, assim como informações do contexto da empresa. Salienta-se que neste estudo as palavras evidenciação, divulgação e *disclosure* são tratadas como sinônimas.

O *disclosure* ou evidenciação, em sentido amplo, é a veiculação da informação e, em sentido restrito, é utilizado como informação financeira disponível em Relatórios da Administração (HENDRIKSEN; VAN BREDÁ, 2007). Niyama e Gomes (1996) afirmam que a evidenciação remete aos objetivos da contabilidade, pois reflete a qualidade das informações financeiras e econômicas sobre as operações, recursos e obrigações das empresas. Essas informações evidenciadas devem ser úteis aos usuários, de modo a influenciar em uma melhora no processo decisório. Assim, depreende-se que o maior nível de divulgação tende a reduzir a assimetria de informação entre gestores e acionistas (LEUZ, VERRECCHIA, 2000; HEALY, PALEPU, 2001; VERRECCHIA, 2001). A assimetria de informação, segundo Jensen e Meckling (1976), surge devido às diferenças de motivação, objetivos e preferências que existem entre os proprietários e os gestores. Nesse contexto, Macagnan (2009 p. 47) destaca que “a evidenciação da informação seria constituída como uma das condições para a redução da assimetria de informação, permitindo uma valorização mais ajustada aos interesses do gestor e do investidor”.

Quanto à obrigatoriedade da divulgação, a evidenciação de informações pode ser tanto compulsória quanto voluntária. Boff (2007, p. 38) enfatiza que a evidenciação compulsória “representa as informações requeridas legalmente pelos órgãos de regulamentação e pelos órgãos de classe [...] para garantir um nível informacional mínimo, necessário e exigido pelos usuários das demonstrações contábeis”. A evidenciação voluntária refere-se a “não obrigatoriedade legal de evidenciar determinadas informações geradas pela empresa no decorrer do exercício [...] está atrelado ao cumprimento ético e moral das empresas” (BOFF, 2007, p. 39).

No que diz respeito à evidenciação voluntária de ativos intangíveis, Kang e Gray (2011) destacam que essas informações devem ser úteis e relevantes aos seus *stakeholders*, divulgadas de forma transparente visando a melhorar a qualidade das informações corporativas. No Brasil, segundo Moura *et al.* (2011), a evidenciação voluntária era a responsável por fornecer maiores informações aos *stakeholders* sobre ativos intangíveis antes da aprovação do Pronunciamento Técnico CPC 04.

A partir da normatização do CPC 04 R1, que surgiu em consequência do processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), estabeleceram-se os critérios específicos sobre a evidenciação de ativos intangíveis, tornando obrigatória a divulgação de informações pertinentes a esse tipo de ativo.

De acordo com o CPC 04 R1 (2010), a empresa deve divulgar informações sobre a vida útil do intangível (definida e indefinida), além dos prazos e taxas de amortização utilizados, no caso dos ativos intangíveis com vida útil definida.

O CPC 04 R1 (2010) ainda define que o valor contábil bruto e a eventual amortização acumulada, assim como a conciliação do valor contábil, devem ser evidenciados no início e no final de cada período. Cabe também à entidade divulgar todos os gastos com pesquisa e desenvolvimento, reconhecidos como despesa no período.

Diante desse contexto, destaca-se que esta pesquisa considera a evidenciação compulsória dos ativos intangíveis, visto que antes da adoção das IFRS a evidenciação desses ativos era efetuada de maneira voluntária.

2.3 Estudos anteriores e elaboração das hipóteses

A temática da divulgação de ativos intangíveis vem recebendo uma crescente atenção no âmbito acadêmico. Dessa forma, alguns estudos, principalmente em nível internacional, analisam os fatores que podem afetar a divulgação de informações voluntárias sobre os ativos intangíveis.

Como exemplo, pode-se citar Bozzolan, Favotto e Ricceri (2003), que efetuaram um estudo para analisar a divulgação voluntária do capital intelectual das empresas italianas, analisando os relatórios anuais do período de 2001. Os autores investigaram ainda quais os fatores que influenciam a divulgação de informações de forma voluntária. Os resultados apontam que o setor de atividade e o tamanho da empresa são fatores importantes na divulgação de informações. Por exemplo, setores como os de tecnologia da informação investem pesadamente em capital intelectual. Logo, os gestores de tais empresas são mais propensos a divulgar informações adicionais às partes interessadas.

Macagnan (2009) identificou fatores que influenciam a extensão da evidenciação de informação voluntária sobre recursos intangíveis de empresas listadas na Bolsa Espanhola. A autora utilizou a técnica dos mínimos quadrados ordinários, identificando como resultados que fatores como o tamanho, o setor, o

endividamento, o grau de internacionalização e a idade explicam a maior extensão da evidenciação de informação de recursos intangíveis. Por outro lado, a rentabilidade, o grau de monopólio e o capital fluante da empresa explicam a menor extensão da evidenciação dessas informações.

A idade da empresa, ou seja, o seu tempo de constituição é um fator importante segundo Macagnan (2009 p. 4), em se tratando da extensão da divulgação de informações, pois, para a autora, “as empresas jovens são mais caracterizadas pela incerteza do que as com mais tempo de existência, por isso precisariam prestar mais informações”. A autora ainda destaca que a situação econômica das empresas pode estar relacionada com o setor em que atuam, pois cada setor apresenta sua caracterização específica, seja em relação a necessidade financeira, à imagem pública, ao custo de tributação, entre outros.

O estudo de Kang e Gray (2011) examinou de forma empírica a aplicabilidade do Modelo de Avaliação, criado por Lev (2001), como uma estrutura alternativa de divulgação para os ativos intangíveis. O estudo foi realizado com 181 empresas, com tendência de crescimento internacional. Os autores investigaram o nível de divulgação voluntário de ativos intangíveis, sob forma de disseminar informações aos seus acionistas. Para Kang e Gray (2011), as empresas com alta concentração de capital teriam menos incentivos para divulgar informações voluntárias sobre ativos intangíveis, ao contrário das empresas que possuem baixa concentração de capital. O resultado encontrado admite que fatores como a adoção das IFRS, o setor de atuação, o valor da empresa e fatores específicos de cada país, como o risco econômico e risco legal, estão associados à divulgação voluntária de ativos intangíveis. Conforme Kang e Gray (2011), o tamanho da empresa é uma das características mais consistentes para associar à divulgação de informações.

Diante do exposto, considera-se que empresas que adotam os padrões internacionais de contabilidade estão mais propensas à divulgação de informações, principalmente de forma voluntária (BARTH, LANDSMAN, LANG, 2008; KANG, GRAY, 2011). Da mesma forma, empresas emissoras de ADRs, que possuem um nível de exigência e qualidade da informação superior, também possuem incentivos à divulgação de mais informações aos usuários. Costa, Goldner e Galdi (2007) realizaram um estudo com instituições financeiras elencando o *disclosure*. Os autores salientam que o nível de *disclosure* dos bancos com emissão de ADR's é superior ao dos bancos que não possuem essa característica.

Outro fator que pode influenciar na divulgação de informações é a alavancagem. Jensen e Meckling (1976) afirmam que essa alavancagem possui uma elevada relação com a divulgação de informações. O estudo de Lanzana, Silveira e Famá (2006) destaca que as empresas mais alavancadas apresentam um melhor nível de disclosure. Para Kang e Gray (2011), empresas com altas dívidas divulgam informações mais abrangentes, especialmente as relativas aos convênios da dívida, visando reduzir os custos de agência e garantir aos credores a transparência.

De acordo com alguns autores (LEUZ, VERRECCHIA, 2000; MALACRIDA, YAMAMOTO, 2006; LOPES, RODRIGUES, 2007), empresas maiores possuem maiores níveis de evidenciação em seus

relatórios contábeis. O ativo total apresenta-se como uma variável adequada para representar o tamanho das empresas (ALSAEED, 2006).

O nível de evidenciação também pode ser influenciado pela participação da empresa em níveis diferenciados de governança corporativa. Segundo Silveira (2004), a adesão aos níveis de governança é voluntária. As exigências são crescentes em relação a cada nível, objetivando destacar as empresas comprometidas com maior transparência e melhores práticas de governança.

Fundamentando-se nos estudos encontrados e com base no objetivo da pesquisa é possível formular as hipóteses norteadoras do presente estudo, conforme apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Conjunto de Hipóteses da Pesquisa

Variável	Hipótese	Autores
Tamanho da empresa	H ₁ : Há relação entre o tamanho das empresas e a divulgação de informações de ativos intangíveis.	Leuz, Verrecchia (2000); Bozzolan, Favotto Ricceri (2003); Malacrida, Yamamoto (2006); Lopes, Rodrigues (2007); Macagnan (2009).
Idade da empresa	H ₂ : Há relação entre a idade das empresas e a divulgação de informações de ativos intangíveis.	Macagnan (2009).
Classificação Setorial	H ₃ : Há relação entre a classificação da empresa em tangível intensiva ou intangível intensiva com a divulgação de informações de ativos intangíveis.	Bozzolan, Favotto Ricceri (2003); Macagnan (2009); Kang, Gray (2011).
Governança Corporativa	H ₄ : Há relação entre o nível de governança corporativa das empresas e a divulgação de informações de ativos intangíveis.	Silveira (2004).
Concentração de Capital	H ₅ : Há relação entre a concentração de capital das empresas e a divulgação de informações de ativos intangíveis.	Kang, Gray (2011).
Emissão de ADR	H ₆ : Há relação entre classificação da empresa quanto a emissão de ADR's e a divulgação de informações de ativos intangíveis.	Costa, Goldner, Galdi (2007).
Alavancagem	H ₇ : Há relação entre a alavancagem das empresas e a divulgação de informações de ativos intangíveis.	Jensen, Meckling (1976); Lanzana, Silveira, Famá (2006); Kang, Gray (2011).

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para atender às hipóteses propostas, buscou-se efetuar uma análise baseada na Regressão Linear Múltipla, conforme especificado na seção seguinte.

3 MÉTODO E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Esta seção contempla o delineamento da pesquisa, a determinação da população e da amostra do estudo e os procedimentos adotados para a coleta, análise e interpretação dos dados.

3.1 Delineamento da Pesquisa

A pesquisa delinea-se como sendo descritiva, documental e quantitativa. Os dados qualitativos foram obtidos a partir das notas explicativas e dos relatórios de administração das empresas, disponíveis no sítio da BM&FBovespa. Os demais dados foram obtidos pelo banco de dados Economatica®. Foi efetuada a análise do período posterior à adoção de IFRS, compreendendo somente o ano de 2011.

3.2 População e Amostra da Pesquisa

A população da pesquisa compreende as 150 empresas que compõem o Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC). O índice é composto de ações de empresas listadas no Nível 1, Nível 2 e no Novo Mercado da BM&FBovespa. Tem por objetivo medir o desempenho da carteira teórica das ações de empresas que possuem bons níveis de governança (BM&FBOVESPA, 2012).

A seleção da amostra compreende 125 empresas não financeiras do IGC. As empresas estão distribuídas em 9 setores econômicos: o setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (3,2%), Materiais Básicos (10,4%), Bens Industriais (11,2%), Construção e Transporte (26,4%), Consumo Não Cíclico (18,4%), Consumo Cíclico (16%), Tecnologia da Informação (3,2%), Telecomunicações (0,8%) e o setor de Utilidade Pública (10,4%).

Quanto à delimitação da amostra, justifica-se a opção pelas empresas que compõem o Índice de Governança Corporativa por se considerar que essas empresas, ao adotarem as práticas de governança, tendem a evidenciar informações com maior transparência, auxiliando na redução da assimetria informacional entre acionistas (SIRQUEIRA; KALATZIS; TOLEDO, 2001).

3.3 Procedimentos para Análise dos Dados

Para atender ao objetivo do estudo, primeiramente efetuou-se uma análise de conteúdo, a partir das notas explicativas e dos relatórios de administração, para a classificação das informações divulgadas sobre os ativos intangíveis pelas empresas listadas no IGC.

Quadro 2 – Check list das informações divulgadas pelas empresas

Caracterização	Descrição dos itens divulgados
Vida útil	Divulgação da vida útil dos ativos intangíveis, se definida ou indefinida.
	Se a vida útil é definida divulgar os prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizadas e os métodos de amortização.
	Divulgar os fatores mais importantes que levaram à definição de vida útil indefinida do ativo.
	Se a vida útil é indefinida, divulgar o valor contábil e os motivos que fundamentem essa avaliação.
Tratamento contábil	Informações sobre cada classe de ativos intangíveis, distinguindo os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis.
	Divulgar quando houver mudança de estimativa, sua natureza e o valor das variações nas estimativas contábeis com impacto relevante no período corrente ou em períodos subsequentes.
	Divulgar como despesas os gastos com pesquisa e desenvolvimento.
	Divulgar outras alterações no valor contábil durante o período.
	Divulgar o valor contábil bruto e eventual amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no início e no final do período.
	A rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível for incluída.
	Divulgar a conciliação do valor contábil no início e no final do período.
	Divulgar as adições, indicando separadamente as que foram geradas por desenvolvimento interno e as adquiridas, bem como as adquiridas por meio de uma combinação de negócios.
	Divulgar os ativos classificados como mantidos para venda ou incluídos em grupo de ativos classificados como mantidos para venda.
	Divulgar qualquer amortização reconhecida no período.
	Divulgar as variações cambiais líquidas geradas pela conversão das demonstrações contábeis para a moeda de apresentação e de operações no exterior para a moeda de apresentação da entidade.

Fonte: Adaptado do CPC 04 R1 (2010).

O *check list* do Quadro 2 foi elaborado a partir das informações contidas no Pronunciamento Técnico CPC 04 R1. Foram consideradas apenas as informações de divulgação obrigatória. Em seguida, as

informações coletadas foram distribuídas por categorias e atribuídas pontuações, conforme a metodologia adotada por Boff, Beuren e Hein (2009), e o Quadro 3.

Para cada observação dos itens a serem divulgados, indicados no *check list*, foi atribuída uma

Quadro 3 – Categorização das informações

Categorias	Significado	Pesos
IC - Informação Completa	A informação prevista encontra -se presente e completa nas notas explicativas e relatórios de administração.	5,0
II - Informação Incompleta	A informação prevista encontra -se nas notas explicativas e relatórios de administração, porém, de maneira incompleta, não específica.	3,0
IA - Informação Ausente	A informação prevista não se encontra nas notas explicativas e relatórios de administração.	1,0

Fonte: Adaptado de Boff, Beuren e Hein (2009).

pontuação, conforme especificado no Quadro 3. Identificadas as informações, atribuiu-se uma pontuação geral para cada empresa, pelo somatório de pontos. Dessa forma, a pontuação geral máxima das empresas é de 75 pontos, distribuídos nos 15 itens analisados. No entanto, quando a divulgação de uma informação não era necessária, como, por exemplo, quando a empresa não possuía qualquer ativo intangível cuja vida útil era indefinida, ela não precisava divulgar o seu valor contábil e nem os motivos. Nesse caso, atribuiu-se a pontuação máxima para o item analisado.

Para aceitar ou refutar a hipótese do estudo foi efetuada uma análise baseada na Regressão Linear Múltipla. Como variável dependente assumiu-se o nível de divulgação dos ativos intangíveis, baseado no *check list* apresentado no Quadro 2, e como variáveis independentes, adotou-se os fatores apresentados por Kang e Gray (2011), conforme apresentado no Quadro 4.

De acordo com as informações apresentadas no Quadro 4, a variável utilizada para a classificação das empresas como tangível intensiva ou intangível

Quadro 4 – Constructo da pesquisa

	Variáveis	Descrição	Hipótese
Variável dependente	Divulgação dos Ativos Intangíveis	Caracterização das informações conforme o Quadro 2.	
Variáveis independentes	Tamanho da empresa	Log do Ativo Total	H1
	Idade da empresa	Início das atividades operacionais	H2
	Idade da empresa	Data do registro junto da CVM (Comissão de Valores Mobiliários)	H2
	Classificação dos setores de atuação	Dicotômica (0, se tangível intensiva; 1 se intangível intensiva)	H3
	Governança Corporativa	Atribui -se 1 ponto para as empresas pertencentes ao Nível 1, 2 pontos para as empresas pertencentes ao Nível 2 de governança e 3 pontos para as empresas listadas no Novo Mercado.	H4
	Concentração de capital	% de ações ordinárias	H5
	Emissão de ADR	Dicotômica (0 não emite; 1 emite)	H6
Alavancagem	$\frac{Dividas\ de\ LP_{t-1}}{Ativo\ Total_{t-1}}$	H7	

Fonte: Elaborado pelos autores.

intensiva, pautou-se na métrica adotada no estudo de Perez e Famá (2006). Dessa forma, foi calculado o Grau de Intangibilidade das empresas, dividindo-se o Patrimônio Líquido ao valor de mercado pelo Patrimônio Líquido ao valor contábil. Em seguida, calculou-se o

valor da mediana. Para tanto atribuiu-se que as empresas com o grau de intangibilidade acima da mediana seriam classificadas como intangível-intensivas e aquelas com valores inferiores à mediana seriam classificadas como tangível-intensivas. Essa foi

considerada uma variável dicotômica.

Buscando a adaptação do estudo de Kang e Gray (2011), efetuou-se a exclusão de variáveis atreladas ao risco de cada país. Como no presente estudo limitou-se a amostra apenas a empresas brasileiras, as variáveis de risco-país seriam as mesmas para todas as companhias, o que justifica a sua exclusão.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para aceitar ou refutar as hipóteses, os dados foram analisados de diversas maneiras, por meio do software SPSS versão 20.0. Primeiramente, procurou-se identificar e caracterizar o nível de evidênciação sobre ativos intangíveis das empresas pertencentes ao IGC, além dos valores das variáveis independentes, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Estatística descritiva

Variáveis	Média	Desvio Padrão	Máximo	Mínimo
Divulgação de Ativos Intangíveis (Check List)	51,37	12,65	75	15
Tamanho (Log do Ativo Total)	6,46	0,75	8	3
Idade da empresa (CVM) (anos)	8,09	7,44	40,7	3
Idade da empresa (Fundação)	31,50	25,83	113	2
Concentração de capital (%)	92,66	19,23	100	33
Alavancagem (%)	38,72	29,59	103	0

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação às informações relativas às médias dos dados da pesquisa apresentadas na Tabela 1, percebe-se um valor médio de 92,66% para a concentração de capital, considerando que o seu valor máximo é de 100% para essa variável. Em relação à variável dependente do estudo, a média encontrada pelas informações evidenciadas, com base na análise do *check list*, é de 51,37 pontos. O valor máximo de 75 pontos e o mínimo de 15 pontos. O desvio-padrão dos dados, por sua vez, representa a variação dos valores em relação à média. Dessa maneira percebe-se que os maiores valores de dispersão ocorreram nas variáveis que remetem à alavancagem e a idade (fundação) das empresas.

Após a apresentação da estatística descritiva, analisou-se os dados das empresas por meio de cálculo de regressão linear múltipla. Porém, para que os resultados da regressão sejam confiáveis, é necessário atender a quatro pressupostos: normalidade, homoscedasticidade, multicolinearidade e autocorrelação dos resíduos.

O pressuposto da normalidade foi testado utilizando a metodologia de cálculo Kolmogorov-Smirnov Z. Perante análise desse teste, verifica-se que os dados estão distribuídos de forma normal.

Outro pressuposto analisa se há ausência de autocorrelação de resíduos por meio do teste *Durbin-*

Watson. Mediante esse teste, verificou-se que há ausência de autocorrelação dos resíduos, encontrando-se um valor de 1,503. Diante do resultado, esse pressuposto se apresentou consistente, pois o valor encontrado foi próximo a 2, demonstrando que os dados não são autocorrelacionados.

Pelo teste de Gleijser julgou-se o pressuposto da homoscedasticidade, que infere se os dados são parecidos (homogêneos) em sua distribuição. Dessa forma, esse pressuposto foi alcançado, pois o valor da significância foi maior que 0,05 no teste ANOVA.

Por fim, a multicolinearidade foi provada pelos testes *Tolerance* e VIF (Fator de inflação da variância) e considerada aceitável, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 – Estatísticas de Colinearidade

Variáveis	Tolerance	VIF
Tamanho	,797	1,255
Alavancagem	,902	1,109
Idade (CVM)	,694	1,441
Idade (Fundação)	,749	1,335
Nível de Governança	,305	3,278
Emissão de ADR's	,828	1,207
% ações ordinárias	,308	3,250
Classificação Setorial	,939	1,065

Fonte: Dados da pesquisa.

Pelo teste VIF, verificou-se que os valores permaneceram no intervalo de 1 até 10. E pelo teste *Tolerance* os valores permaneceram entre 1 e 0,10, intervalos considerados aceitáveis. (CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2007) Após essa análise preliminar, constatou-se que os dados seriam confiáveis para o cálculo da regressão linear.

E após a realização dos testes dos pressupostos, efetuou-se a regressão linear para analisar a relação existente entre a divulgação de ativos intangíveis e os fatores utilizados no estudo de Kang e Gray (2011). Na Tabela 3 encontra-se o resultado da regressão durante o período de análise.

Tabela 3 – Resultado da regressão

R	R Square (R ²)	Sig.
,312	,097	,143

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme o resultado da regressão apresentado na Tabela 3 percebe-se que a relação das variáveis com o nível de evidenciação de ativos intangíveis é baixa, pois o valor R2 pode ser considerado baixo (aproximadamente 10%).

O poder explicativo do modelo é 31,2 %, ou seja, analisando as variáveis descritas no modelo de Kang e Gray (2011), percebe-se que elas explicam apenas 31,2% das variações na variável dependente.

Na Tabela 4 apresentam-se os resultados dos coeficientes e coeficientes normalizados da regressão. O coeficiente Beta explica a variação das variáveis independentes em relação ao nível de evidenciação de ativos intangíveis (constante). Já o Beta *Standard* explica qual a variável que possui maior impacto sobre a variável constante.

Tabela 4 – Resultados dos coeficientes e coeficientes normalizados da regressão

Variável	Beta	Beta Standard	Sig.
Constant	29,194		,034
Tamanho	2,567	,151	,128
Alavancagem	-,033	-,076	,415
Idade (CVM)	,196	,115	,278
Idade (Fundação)	,003	,006	,949
Nível de Governança	-6,261	-,317	,050
Emissão de ADR's	,455	,015	,875
% ações ordinárias	,213	,324	,044
Classificação Setorial	4,800	,191	,039

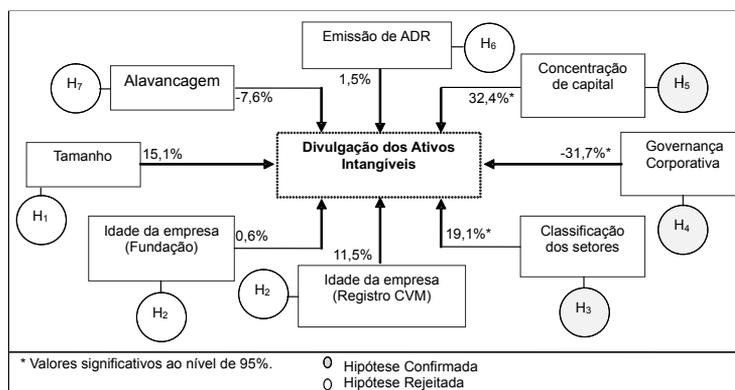
Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com a Tabela 4, a variável nível de governança foi significativa, pela equação da regressão. Uma variação de 100 pontos percentuais na variável de governança causa uma variação negativa de em média 62,6% na variável dependente. Infere-se que esse resultado é contrário ao exposto por Silveira (2004), pois se percebe pela Tabela 4 que quanto maior for a evidenciação sobre ativos intangíveis menor será o nível de governança ao qual as empresas pertencem.

A alavancagem também apresentou uma relação negativa com a variável dependente em 3%, porém, não apresentou significância ao nível de 95%. Por outro lado, as variáveis referentes ao percentual de ações ordinárias e a classificação setorial das empresas apresentaram uma relação positiva significativa de 0,044 e 0,039, respectivamente. O impacto do percentual de ações é de 21,3% sobre a variável dependente e para a variável da classificação setorial das empresas esse impacto é de 48 % em relação à variável dependente do estudo.

Na Figura 1 apresenta-se o impacto de cada uma das variáveis independentes na variável dependente, de acordo com seu valor de Beta *Standard*.

Figura 1 – Impacto das variáveis independentes sobre a variável dependente



Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme se constata na Figura 1, em relação ao Beta padronizado (*standardized coefficients beta*), a variável que representa a concentração de capital das empresas é a que mostra maior impacto sobre a variável dependente, apresentando, também, uma significância no valor encontrado. A governança corporativa também apresentou um impacto significativo de 31,7% sobre a variável dependente, porém, de forma negativa. Logo, é possível afirmar que quanto maior for a evidência de informações sobre ativos intangíveis menor será o nível de governança corporativa.

Na sequência aparece a classificação setorial, que mostra um impacto de 19,1% sobre o nível de evidência de ativos intangíveis. No que tange ao aspecto da classificação setorial, se intangível ou tangível intensiva, os resultados corroboram os de Bozzolan, Favotto e Ricceri (2003), quando consideram que setores que investem mais em tecnologia da informação são mais propensos a divulgar informações adicionais. De igual forma os resultados do estudo vão ao encontro dos de Rego et al. (2008), Schnorrenberger, Sousa e Reina (2009) e Macagnan (2009), que identificaram uma relação entre a divulgação e o tamanho, a idade e o nível de governança corporativa das empresas.

As variáveis com menor impacto foram a idade (CVM) das empresas e se elas emitem ADR's, com 0,6% e 1,5%, respectivamente. Considerando que as empresas emissoras de ADR's enfrentam um maior nível de exigência quanto à divulgação (KANG; GRAY, 2011), encontrou-se no estudo um percentual de impacto relativamente baixo quando comparado às demais variáveis. Por fim, a alavancagem possui uma baixa relação com a divulgação de informações, implicando na rejeição da H7.

Em uma análise complementar efetuou-se uma nova regressão linear, excluindo-se as variáveis referentes ao tamanho, alavancagem, idade (fundação e da CVM) e emissão de ADR's, que não apresentaram significância no modelo anterior. Logo, atribui-se como variáveis independentes a classificação setorial, o nível de governança e a concentração de capital das empresas que compõem o IGC. A variável dependente é o nível de evidência sobre ativos intangíveis. Os resultados desse modelo são apresentados na Tabela 5.

Tabela 5 – Resultado da regressão (2)

R	R Square (R ²)	Sig.
,250	,063	,049

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme o resultado da regressão apresentado na Tabela 5, percebe-se que a relação das variáveis com o nível de evidência de ativos intangíveis é baixa. O valor de R² de 6% aproximadamente. Em relação ao poder explicativo do modelo denota-se que esse é de apenas 25%, ou seja, a classificação setorial, o nível de governança e o percentual de ações ordinárias explicam apenas 25% das variações em relação à evidência dos ativos intangíveis. Por sua vez, o presente modelo pode ser considerado significativo. Infere-se que com a exclusão das variáveis não significativas do primeiro modelo, o segundo modelo (Tabela 5) se tornou significativo, porém o seu poder explicativo, que já era baixo, diminuiu ainda mais.

Diante desses achados da pesquisa é possível afirmar que as hipóteses H3, H4 e H5 foram aceitas, evidenciando uma relação das variáveis que remetem à classificação setorial, governança corporativa e concentração de capital, com a variável de evidência sobre ativos intangíveis. Por outro lado, as demais hipóteses (H1, H2, H6 e H7), que evidenciam uma relação do tamanho, idade da empresa, se a empresa é emissora de ADR's e alavancagem, com a evidência de informações de ativos intangíveis, não são acolhidas, pois apesar de se encontrar uma relação, essas variáveis não apresentam um nível de significância aceitável.

5 CONCLUSÕES

O objetivo da pesquisa consistiu em verificar os fatores que influenciam o nível de divulgação de informações sobre ativos intangíveis nas empresas listadas no IGC da BM&FBovespa, após adoção das IFRS. Para atender o objetivo foi adotada uma metodologia com abordagem descritiva, documental e quantitativa. Efetuou-se a análise na perspectiva da Regressão Linear Múltipla, com uma amostra de 125 empresas não financeiras participantes do Índice de Governança Corporativa, distribuídas em nove setores econômicos, compreendendo somente o ano de 2011. As variáveis adotadas foram: tamanho da empresa, idade, setor de atuação, nível de governança corporativa, alavancagem, concentração de capital e emissão de ADR's.

Em resposta ao objetivo da pesquisa, identificou-se que as variáveis referentes ao nível de governança corporativa, percentual de ações ordinárias e classificação setorial das empresas possuem uma relação significativa com o nível de evidência de ativos intangíveis das empresas listadas no IGC, permitindo que as hipóteses H3, H4 e H5 fossem

aceitas.

Por sua vez, vale destacar que para a variável de governança corporativa encontrou-se uma relação negativa em relação à variável dependente, concebendo que quanto maior o nível de evidência sobre ativos intangíveis, menor será o nível de governança corporativa das empresas, contradizendo os resultados encontrados por Silveira (2004). Corroborando o estudo de Bozzolan, Favotto e Ricceri (2003) e Macagnan (2009), ao inferir sobre a existência de relação entre a classificação setorial (se intangível ou tangível intensiva) e divulgação sobre ativos intangíveis, pois segundo os autores, os setores que investem mais em tecnologia da informação são mais propensos a divulgar informações adicionais. Em relação ao percentual de ações ordinárias, Kang e Gray (2011) afirmam que as empresas com alta concentração de capital teriam menos incentivos para divulgar informações voluntárias sobre ativos intangíveis, se comparado as empresas com baixa concentração de capital.

Por outro lado, as hipóteses H1, H2, H6 e H7 não foram aceitas, pois não se confirmou a relação da divulgação de informações sobre ativos intangíveis, com o tamanho, a idade, a emissão de ADR's e a alavancagem. Relacionando a variável tamanho, os resultados do estudo inferem para uma contradição ao apresentado por Bozzolan, Favotto e Ricceri (2003),

Macagnan (2009) e Kang e Gray (2011), que encontraram uma relação com o tamanho das empresas, quando analisada a divulgação sobre ativos intangíveis. Em relação a idade, Macagnan (2009) afirma que as empresas consideradas mais jovens são mais propensas a presença de incertezas, de modo que necessitam de uma maior divulgação de informações. Por sua vez, esta relação não se confirmou no presente estudo.

Conclui-se ainda que a variável relativa à emissão de ADR's não apresentou relação com a divulgação de informações sobre ativos intangíveis, ao encontro dos resultados elencados por Kang e Gray (2011), que inferem para uma baixa relação entre estas variáveis. Em relação à alavancagem encontrou-se uma baixa relação com a divulgação de informações, por sua vez esse resultado é contrário ao exposto por Lanzana, Silveira e Famá (2006). Logo, não é possível afirmar que as empresas com maior grau de alavancagem possuem maior nível de divulgação de informações relativas aos ativos intangíveis.

Para futuras pesquisas sugere-se analisar de forma comparativa as empresas listadas nos Níveis de Governança Corporativa com as empresas do mercado tradicional, sob a ótica de uma nova abordagem estatística. Recomenda-se ainda verificar outros fatores que possam influenciar na divulgação sobre ativos intangíveis.

REFERÊNCIAS

ALSAEED, K. The Association Between Firm-Specific Characteristics And Disclosure: the case of Saudi Arabia. **Managerial Auditing Journal**, v. 21, n. 5, p. 476-496, 2006.

BARTH, M. E.; LANDSMAN, W.; LANG, M. H. International accounting standards and accounting quality. **Journal of accounting research**, v. 46, n. 3, p. 467-498, 2008.

BM&FBOVESPA. **Segmentos de listagem**. 2012. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=ptbr>. Acesso em: 12 de abr. 2012.

BOFF, M. L. **Estratégias de legitimidade organizacional de Lindblom na evidência ambiental e social em relatórios da administração de empresas familiares**. 2007. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2007.

BOFF, M. L.; BEUREN, I. M.; HEIN, N. Informações recomendadas pelo parecer de orientação nº 15/87 da CVM no relatório da administração de empresas familiares de capital aberto. **Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 6, n. 3, p. 247-257, 2009.

BOZZOLAN, S.; FAVOTTO, F.; RICCERI, F. Italian annual intellectual capital disclosure: An empirical analysis. **Journal of Intellectual Capital**, v. 4, n. 4, p.543-558, 2003.

BRASIL. **Lei 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Altera a Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976). Brasília, DF, D.O.U. de 28.12.2007.

CAÑIBANO, L.; GARCÍA-AYUSO, M.; SÁNCHEZ, P. Accounting for Intangibles: A Literature Review. **The Journal of Accounting Literature**, v. 19, p. 102-130, 2000.

CARVALHO, L. N.; LEMES, S. **Contabilidade internacional para graduação**. São Paulo: Atlas: 2010.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC 04) (R1). **Pronunciamento Técnico – Ativo Intangível**, 2010.

COSTA, F. M.; GOLDNER, F.; GALDI, F. C. Análise dos fatores que influenciam no disclosure dos maiores bancos brasileiros. In: CONGRESSO USP DE CONTABILIDADE E CONTROLADORIA, 7., 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2007. CD-ROM.

CRISÓSTOMO, V. L. Ativos Intangíveis: estudo comparativo dos critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação adotados no Brasil e em outros países. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 50-68, jan./abr 2009.

CUNHA, A. G.; SOUZA, A. A.; SANTANA, L. F.; MAGALHAES, V. G.; PELEGRINI, V. S.; MALAQUIAS, R. F. Evidenciação de Ativos Intangíveis: um estudo com empresas brasileiras. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 12, n. 43, p. 21-29, 2011.

GALLON, A. V.; BEUREN, I. M.; HEIN, N. Análise da relação entre evidenciação nos relatórios da administração e o nível de governança das empresas na Bovespa. **Revista de Informação Contábil**, v. 1, n.2, p.18-41, out-dez/2007.

GARCÍA-AYUSO, M. Factors explaining inefficient valuation of intangibles. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 16, n. 1, p. 57-69, 2003.

HEALY, P. M.; PALEPU, K. G. Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: A review of the empirical disclosure literature. **Journal of Accounting and Economics**, v.31, p. 405-440, 2001.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade**. Tradução de Antônio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 2007.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: managerial behavior, agency cost and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, n. 4, p.305-360, Oct, 1976.

KANG, H. H.; GRAY, S. J. Reporting intangibles assets: voluntary disclosure practices of top emerging market companies. **The international journal of accounting**, n. 46, p. 402-423, 2011.

KAYO, E. K. **A estrutura de capital e o risco das empresas tangível e intangível-intensivas**: uma contribuição ao estudo da valoração de empresas. 110 f. 2002. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

LANZANA, A. P.; SILVEIRA, A. M.; FAMÁ, R. Existe relação entre disclosure e governança corporativa no Brasil? In: Encontro da ANPAD, 30., 2006. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2006.

LEUZ, C.; VERRECCHIA, R. The economic consequences of increased disclosure. **Journal of Accounting Research**, v.38, n. 3, p. 91–124, 2000.

LEV, B. Intangible assets: concepts and measurements. **Encyclopedia of Social Measurement**, v.2, p. 299-305, 2005.

LEV, B. **Intangibles**: management, measurement, and reporting. Washington: Brookings Institution Press, 2001.

LEV, B.; ZAMBON, S. Intangíveis and intellectual capital: an introduction to a special issue. **European Accounting Review**, v. 12, n. 4, p. 597-603, 2003.

LOPES, P. T.; RODRIGUES, L. L. Accounting for Financial Instruments: an analysis of the determinants of disclosure in the Portuguese stock exchange. **The Journal of Accounting**, v. 42, p. 25-56, 2007.

LU, Y.H.; TSAI, C.F.; YEN, D.C. Discovering Important Factors of Intangible Firm Value by Association Rules. **The International Journal of Digital Accounting Research**, v. 10, p. 55-85, 2010.

MACAGNAN, C. B. Evidenciação voluntária: fatores explicativos da extensão da informação sobre recursos intangíveis. **Revista Contabilidade e Finanças**. São Paulo, v. 20, n. 50, p. 46-61, 2009.

MALACRIDA, M. J. C.; YAMAMOTO, M. M. Governança Corporativa: nível de evidenciação das informações e sua relação com a volatilidade das ações do Ibovespa. **Revista Contabilidade & Finanças**, Edição Comemorativa. p. 65-79, set. 2006.

MATOS, B.; ENSSLIN, S. R.; REINA, D.; REINA, D. R. M. Evidenciação voluntária do capital intelectual de natureza Social e ambiental da empresa Natura Cosméticos no período de 2003 a 2008. **Contextus**, v. 9, p. 67-77, 2011.

MOURA, G. D. **Conformidade do disclosure obrigatório dos ativos intangíveis e práticas de governança corporativa**: Uma análise de empresas listadas na Bovespa. 2011. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2011.

MOURA, G. D.; DALLABONA, L. F.; FANK, O. L.; VARELA, P. S. Boas práticas de governança corporativa e evidenciação obrigatória dos ativos intangíveis. In: CONGRESSO USP DE CONTABILIDADE E CONTROLADORIA, 11, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2011.

MURCIA, F. D. **Fatores determinantes no nível de disclosure voluntário de companhias abertas no Brasil**. 173 f. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

NIYAMA, J. K. **Contabilidade internacional**. São Paulo: Atlas, 2008.

NIYAMA, J. K.; GOMES, A. L. O. Contribuição ao aperfeiçoamento dos procedimentos de evidenciação contábil aplicáveis às demonstrações financeiras de bancos e instituições assemelhadas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 15, 1996, Brasília. **Anais...** Brasília: 1996. CD-ROM.

PAWLAK, Z. Rough Sets. **International Journal of Parallel Programming**, v. 11, n. 5, p. 341-356, 1982.

PEREZ, M. M.; FAMÁ, R. Ativos intangíveis e o desempenho empresarial. **Revista Contabilidade e Finanças**. São Paulo, n. 40, p. 7-40, jan./abr. 2006.

REGO, T. F.; NETO, P. L. A.; BARBOSA, E. S.; CAVALCANTE, P. R. N. Evidenciação do capital intelectual nas empresas do segmento de papel e celulose, registradas na BOVESPA. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 15, 2008, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ABC, 2008.

SANTOS, A. P. G.; GALLON, A. V.; ENSSLIN, S. R. E. Um estudo descritivo da evidenciação do capital intelectual nas maiores companhias abertas da região sul do Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 14., 2007, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ABC, 2007.

SCHNORRENBARGER, D.; SOUSA, B. J.; REINA, D. Estudo sobre a evidenciação de capital intelectual das maiores distribuidoras de energia elétrica do Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 16., 2009, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: ABC, 2009.

SILVEIRA, A. M. **Governança corporativa e estrutura de propriedade:** determinantes e relação com o desempenho das empresas no Brasil. 2004. 250f. Tese (Doutorado em Administração) – Departamento de Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SIRQUEIRA, A. B.; KALATZIS, A. E. G.; TOLEDO, F. M. B. Boas práticas de governança corporativa e otimização de portfólio: uma análise comparativa. **Revista Economia**, v. 7, n. 3, p. 521-544, 2007.

VERRECCHIA, R. Essays on disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, v. 32, p. 97-180, 2001.

YAGO, G.; KURTZMAN, J.; PHUMIWASANA, T. The global costs of opacity. **Mit Sloan Management Review**, v. 16, n. 1, p. 38-44, 2004.